SETTA COMBUSTÍVEIS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

SETTA COMBUSTÍVEIS LTDA.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados

Demonstrações de Resultados Individuais e Consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Ilmos. Srs.
Administradores e Quotistas da
Setta Combustíveis Ltda.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Setta Combustíveis Ltda. ("Empresa")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Setta Combustíveis Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparabilidade, foram examinados por outros auditores, cujo relatório emitido em 16 de maio de 2025 e apresenta opinião sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e de suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e de suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de abril de 2026.

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers
BKR INTERNATIONAL | INDEPENDENT MEMBER

CRC-RJ-2026-O

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Juan Carvalho Dias
Contador - CRC-PE-028943/O-0

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.226	48.146	50.408	48.677
Contas a receber de clientes	7	69.131	67.000	69.676	67.364
Estoques	8	166.337	124.132	166.337	124.132
Impostos e contribuições a recuperar	9	9.706	6.221	9.706	6.221
Adiantamentos a fornecedores	10	129	1.564	129	1.564
Partes relacionadas	27.1	1.765	-	1.450	-
Outras contas a receber		306	399	1.428	446
		297.600	247.462	299.134	248.404
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	-	5.650	-	5.650
Impostos e contribuições a recuperar	9	84	3.024	84	3.024
Depósitos judiciais	11	15.348	14.098	15.348	14.098
		15.432	22.772	15.432	22.772
Investimentos	12	9.106	3.512	2.426	-
Propriedades para investimento	13	1.073	1.357	13.941	14.226
Imobilizado	14	7.410	10.241	20.811	21.793
Intangível	15	3.115	5.106	3.115	5.106
		36.136	42.988	55.725	63.897
Total do ativo		333.736	290.450	354.859	312.301

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	95.362	87.185	95.383	87.347
Empréstimos, financiamentos e nota comercial	17	6.560	185	9.705	3.211
Adiantamento de clientes	18	12.156	785	12.156	785
Obrigações trabalhistas		1.009	870	1.009	870
Impostos e contribuições a recolher	19	10.210	3.355	10.379	3.501
Parcelamento de tributos	20	4.781	4.775	4.781	4.775
Partes relacionadas	27.1	-	-	1.727	-
Dividendos a pagar	27.1	2.336	-	3.614	-
Juros sobre capital próprio	27.1	9.094	2.505	9.094	2.505
Outras contas a pagar		1.668	3.502	1.706	3.539
		143.176	103.162	149.554	106.533
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e nota comercial	17	13.869	20.854	14.556	24.577
Parcelamento de tributos	20	2.390	6.876	2.390	6.876
Impostos e contribuições a recolher	19	28.900	32.791	28.900	32.791
Dividendos a pagar	27.1	62.683	-	62.683	-
Partes relacionadas	27.1	-	7	-	1.734
		107.842	60.528	108.529	65.978
Patrimônio líquido	22				
Capital social		79.000	79.000	79.000	79.000
Reservas		3.718	47.760	3.718	47.760
		82.718	126.760	82.718	126.760
Participação de não controladores		-	-	14.058	13.030
Total do Patrimônio líquido		82.718	126.760	96.776	139.790
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		333.736	290.450	354.859	312.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados Individuais e Consolidadas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	3.995.446	2.963.041	4.001.909	2.968.397
Custo dos produtos vendidos	24	(3.907.786)	(2.887.342)	(3.908.311)	(2.887.701)
Resultado bruto		87.660	75.699	93.598	80.696
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	24	(28.782)	(36.607)	(28.806)	(36.607)
Despesas gerais e administrativas	24	(28.031)	(16.019)	(28.718)	(17.092)
Resultado de equivalência patrimonial	12.5	900	1.944	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	11.043	13.390	11.043	13.438
		(44.870)	(37.292)	(46.481)	(40.261)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		42.790	38.407	47.117	40.435
Receitas financeiras	25	18.674	13.776	18.690	13.857
Despesas financeiras	25	(14.028)	(6.820)	(14.891)	(8.429)
	25	4.646	6.956	3.799	5.428
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		47.436	45.363	50.916	45.863
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(12.436)	(10.034)	(12.997)	(10.583)
Lucro líquido do exercício		35.000	35.329	37.919	35.280
Número de quotas ao final do exercício	22 (a)	79.000.000	79.000.000	79.000.000	79.000.000
Lucro líquido do exercício por quotas		0,443038	0,447203	0,479987	0,446582
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladores		-	-	35.000	35.329
Não controladores		-	-	2.919	(49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
			Legal	De lucros	Reserva de incentivos				
Saldos em 1º de Janeiro de 2024		79.000	7.723	53.837	-	-	140.560	3.849	144.409
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	10.000	10.000
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	35.329	35.329	(49)	35.280
Destinação do lucro líquido									
Reserva legal		-	(7.723)	-	-	7.723	-	-	-
Distribuição de lucros	22 (b)	-	-	(35.000)	-	(4.978)	(39.978)	-	(39.978)
Juros sobre capital próprio	22 (d)	-	-	-	-	(9.151)	(9.151)	-	(9.151)
Retenção de lucros do exercício		-	-	21.200	-	(21.200)	-	-	-
Mudança na participação relativa de controlada		-	-	-	-	-	-	(770)	(770)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		79.000	-	40.037	-	7.723	126.760	13.030	139.790
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	35.000	35.000	2.919	37.919
Destinação do lucro líquido									
Distribuição de lucros	22 (b)	-	-	(40.037)	-	(31.775)	(71.812)	(1.840)	(73.652)
Juros sobre capital próprio	22 (d)	-	-	-	-	(10.948)	(10.948)	-	(10.948)
Constituição de reserva - Lucro da exploração	22 (c)	-	-	-	3.718	-	3.718	-	3.718
Mudança na participação relativa de controlada		-	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		79.000	-	-	3.718	-	82.718	14.058	96.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	35.000	35.329	37.919	35.280
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação / Amortização do imobilizado	1.159	913	1.582	1.637
Depreciação das propriedades para investimento	4	(37)	5	(37)
Amortização do intangível	37	27	37	27
Resultado na baixa do ativo imobilizado	2.358	6.711	2.538	8.728
Resultado na baixa do ativo intangível	10.353	18.243	10.353	18.243
Resultado na baixa de propriedade para investimento	280	198	280	198
Resultado equivalência patrimonial	(899)	(1.944)	-	-
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos e nota comercial	3.697	2.982	-	4.521
Constituição das reservas de incentivos fiscais - Lucro da Exploração	3.718	-	3.718	-
Mudança de participação	-	-	(51)	(770)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	55.707	62.422	56.381	67.827
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	3.519	(6.705)	3.338	(6.774)
Estoques	(42.205)	(37.129)	(42.205)	(37.129)
Impostos a recuperar	(545)	652	(545)	652
Adiantamentos	1.435	(1.172)	1.435	(1.172)
Outras contas a receber	93	(25)	(982)	(35)
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.250)	186	(1.250)	186
Fornecedores	8.177	29.543	8.036	29.705
Obrigações trabalhistas	139	(80)	139	(80)
Impostos e contribuições a recolher	2.964	(13.986)	2.987	(13.966)
Parcelamentos	(4.480)	(3.101)	(4.480)	(3.101)
Adiantamentos de clientes	11.371	(628)	11.371	(5.579)
Outras contas a pagar	(1.834)	(2.126)	(1.833)	(2.110)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	33.091	27.851	32.392	28.424
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento dos investimentos	(4.695)	(44)	(2.426)	-
Aumento das propriedades para investimentos	-	-	-	(12.869)
Adições de imobilizado	(686)	(2.254)	(3.138)	10.616
Intangível	(8.399)	(23.300)	(8.399)	(23.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(13.780)	(25.598)	(13.963)	(25.553)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	-	-	10.000
Dividendos pagos durante o exercício	(6.793)	(40.717)	(7.355)	(40.717)
Juros sobre capital próprio pagos durante o exercício	(4.359)	(8.523)	(4.359)	(8.523)
Operações com parte relacionadas, líquidas	(1.772)	(454)	(1.457)	(8.382)
Amortização de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos e nota comercial	(21.330)	(3.446)	-	(2.383)
Captação de empréstimos e financiamentos e nota comercial	17.023	21.503	(3.527)	17.848
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(17.231)	(31.637)	(16.698)	(32.157)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.080	(29.384)	1.731	(29.286)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	48.146	77.530	48.677	77.963
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	50.226	48.146	50.408	48.677
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.080	(29.384)	1.731	(29.286)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares Reais, Exceto se Indicado de Outra Forma)

1. Contexto operacional

A **Setta Combustíveis Ltda.** ("Empresa"), é uma sociedade Empresária Limitada, com sede na Avenida Mascarenhas de Moraes nº 2525, município de Recife, no Estado de Pernambuco, e tem como objetivo social o comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista, nos termos da legislação pertinente.

A Empresa possui filiais localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Sua atividade é regulamentada pela ANP por meio de permissão de funcionamento. A permissão não possui prazo de validade e exige regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o qual exige atualizações periódicas de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e previdenciárias.

1.1. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

Instituído pela Lei de nº 13.576/17, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal objetivo da RenovaBio é a contribuição com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

O principal instrumento da RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e participação na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão certificar o cumprimento de suas metas individuais por meio da compra e aposentadoria (manutenção até o vencimento) de crédito de descarbonização (CBio), ativo financeiro emitido pelos escrituradores (instituição financeira contratada) em ambiente da bolsa de valores oficial do Brasil (B3).

Para o exercício de 2025, o Despacho nº 410, de 28 de março de 2025, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), estabeleceu a meta de aquisição de 174.412 Créditos de Descarbonização (CBios) para a **Setta Combustíveis Ltda**.

A Empresa adquiriu 160.575 CBios no período, cumprindo 92,07% da meta estipulada. O saldo remanescente de 13.837 CBios foi postergado para cumprimento no exercício de 2026, em conformidade com a legislação vigente que permite o diferimento dessa cota.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

2. Resumo das principais políticas contábeis e as bases de mensuração e preparação

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Empresa nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas nas respectivas notas explicativas.

2.1. Base de mensuração e preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros, os quais, quando aplicável, são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração em 13 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem informações da **Setta Combustíveis Ltda.** e das suas controladas direta e indireta (Setta investimentos e Participações Ltda. e Setta Geração Pernambuco 01 S.A.). As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, atendendo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre suas políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas direta e indireta da Empresa. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e, destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Empresas e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Empresas são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresa investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Empresa. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.6. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Empresa não adota um critério específico para a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os títulos que a Administração e seus consultores legais entendem que não são realizáveis são diretamente baixados contra o resultado. Sobre os saldos vencidos a Empresa não tem expectativa de perdas relevantes.

2.7. Estoques

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os estoques são armazenados em bases de combustíveis terceirizadas, onde a Empresa aluga espaço de armazenamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

2.8. Investimentos

A Empresa consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.9. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O imobilizado da Empresa inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques e bombas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os locadores.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Empréstimos, financiamentos e nota comercial

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, os financiamentos e a nota comercial estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14. Provisões para contingências

As provisões para contingências são constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

2.15. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

A principal obrigação de desempenho dos contratos de venda da Empresa é a entrega dos produtos a seus clientes, o valor justo das vendas corresponde, na data de cada transação, ao valor apontado em nota fiscal e não há venda de serviços atrelados às vendas de combustível da Empresa. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos.

A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos; (iii) tenha ocorrido o aceite dos produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(i) Receita de revenda de produtos

A receita operacional de revenda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(ii) Receita de prestação de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados, na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente, o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.17. Imposto renda e contribuição social

A Empresa utiliza o regime de tributação com base no lucro real, calculando e registrando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Suas controladas utilizam o regime de tributação com base no lucro presumido. Sendo assim a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é determinada mediante a aplicação dos percentuais de presunção previstos na legislação tributária sobre a receita bruta operacional, acrescida de outras receitas e ganhos de capital auferidos no período. Adicionalmente, por estarem no Lucro Presumido, a apuração do PIS e da COFINS dessas controladas ocorre sob a sistemática cumulativa, aplicando-se as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sem o aproveitamento de créditos.

2.18. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial e os não monetários a data da respectiva transação. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

2.19. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais.

As subvenções e assistências governamentais para investimentos são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram atendidas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente da subvenção. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios fiscais encontra-se na Nota Explicativa nº 22(c).

2.20. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21. Impactos da Reforma Tributária

Reforma Tributária sobre o consumo (Emenda Constitucional 132/2023 e Lei Complementar 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, instituindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a operacionalização desses tributos, estabelecendo regras de transição, regimes específicos e governança do sistema.

Considerando que a Empresa atua no segmento de distribuição, importação e comercialização de combustíveis, setor atualmente sujeito a regimes específicos de tributação, inclusive sistemática monofásica para PIS e COFINS e regras próprias de ICMS, a Administração tem acompanhado as disposições aplicáveis ao setor previstas na Lei Complementar nº 214/2025, inclusive no que se refere à eventual incidência do Imposto Seletivo sobre determinados combustíveis fósseis.

Até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que as alterações introduzidas pela nova legislação não geraram impactos que requeiram ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo nessa data. Entretanto, reconhece que os impactos econômicos decorrentes da nova sistemática tributária poderão influenciar a formação de preços, margens operacionais e fluxo de caixa futuro, especialmente durante o período de transição, previsto até 2033.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

A Empresa implementou as adaptações sistêmicas necessárias para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias.

A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em de 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários.

Avaliação contábil

A Empresa não possui ativos fiscais diferidos relevantes, ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cujas premissas de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data.

A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária.

3. Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Empresa caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Nota Explicativa nº 7;

- Depreciação/amortização dos ativos imobilizados/intangíveis – Notas Explicativas nº 14 e 15.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Empresa. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Empresa, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Empresa.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

i.Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

ii.Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Para proteção ao risco de variação cambial a Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos. As operações de contrato a termo (NDF) têm o objetivo de amenizar os impactos das variações do dólar perante o real, e o efeito destas, nos passivos decorrentes da importação de combustíveis e empréstimos em moeda estrangeira.

A Empresa contrata operações de *swap* para proteção de empréstimos e financiamentos e commodities indexados à variação de moedas estrangeiras.

iii.Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos e financiamentos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

iv.Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

v. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Empresa.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	95.362	-	95.383	-
Empréstimos, financiamentos e nota comercial	6.560	13.869	9.705	14.556
Adiantamento de clientes	12.156	-	12.156	-
Dividendos a pagar	2.336	62.683	3.614	62.683
Juros sobre capital próprio	9.094	-	9.094	-
Operações com partes relacionadas	-	-	1.727	-
Outras contas a pagar	1.668	-	1.706	-
	127.176	76.552	133.385	77.239
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	87.185	-	87.347	-
Empréstimos, financiamentos e nota comercial	185	20.854	3.211	24.577
Adiantamento de clientes	785	-	785	-
Juros sobre capital próprio	2.505	-	2.505	-
Operações com partes relacionadas	-	7	-	1.734
Outras contas a pagar	3.502	-	3.539	-
	94.162	20.861	97.387	26.311

b) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(+) Empréstimos, financiamentos e nota comercial	20.429	21.039	24.261	27.788
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(50.226)	(48.146)	(50.408)	(48.677)
Dívida líquida	(29.797)	(27.107)	(26.147)	(20.889)
Total do patrimônio líquido	82.718	126.760	96.776	139.790
Total do capital	52.921	99.653	70.629	118.901
Índice de alavancagem financeira	-56%	-27%	-37%	-18%

c) Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

▪**Nível 1** – são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

▪**Nível 2** - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;

▪**Nível 3** - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a mensuração da totalidade dos derivativos da Empresa corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("*swap*" e "*forwards*") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	50.226	48.146	50.408	48.677
Contas a receber de clientes	69.131	72.650	69.676	73.014
Adiantamentos a fornecedores	129	1.564	129	1.564
Partes relacionadas	1.765	-	1.450	-
Outras contas a receber	306	399	1.428	446
	121.557	122.759	123.091	123.701
Passivos financeiro				
Fornecedores	95.362	87.185	95.383	87.347
Empréstimos, financiamentos e nota comercial	20.429	21.039	24.261	27.788
Adiantamento de clientes	12.156	785	12.156	785
Partes relacionadas	-	7	1.727	1.734
Dividendos a pagar	65.019	-	66.297	-
Juros sobre capital próprio	9.094	2.505	9.094	2.505
Outras contas a pagar	1.668	3.502	1.706	3.539
	203.728	115.023	210.624	123.698

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Taxa a.a.	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento		205	953	205	953
Aplicações financeiras					
CDB	2% a 5% CDI	9.019	2.031	9.201	2.031
Fundos de investimentos	100% CDI	1.121	1.140	1.121	1.140
Renda fixa	75% a 102% CDI	39.881	44.022	39.881	44.553
		50.226	48.146	50.408	48.677

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, fundos de investimentos e títulos de renda fixa, mantidos em instituições financeiras com boa conceituação no mercado, liquidez de curtíssimo prazo, sujeitas à conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	69.131	67.000	69.676	67.364
Renegociações comerciais	-	5.650	-	5.650
	69.131	72.650	69.676	73.014
Circulante	69.131	67.000	69.676	67.364
Não circulante	-	5.650	-	5.650

O saldo a receber por data de vencimento ("*aging list*") está demonstrado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	48.772	55.316	48.772	55.679
Vencidos				
De 1 até 30 dias	16.194	16.429	16.739	16.429
De 31 até 60 dias	1.630	673	1.630	673
De 61 até 90 dias	658	-	658	-
A mais de 90 dias	1.877	232	1.877	233
	69.131	72.650	69.676	73.014

Provisão para Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Empresa não constituiu Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no período. Todos os créditos e recebíveis pendentes foram integralmente negociados e/ou liquidados, eliminando o risco de inadimplência e, consequentemente, a necessidade de reconhecimento contábil de perdas esperadas**.**

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Derivados de petróleo	55.729	36.442	55.729	36.442
Álcool anidro	25.560	16.899	25.560	16.899
Álcool hidratado	49.267	44.670	49.267	44.670
Biodiesel B-100	-	4.391	-	4.391
Adiantamentos a fornecedores	35.781	21.730	35.781	21.730
	166.337	124.132	166.337	124.132

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	6.941	5.754	6.941	5.754
PIS e COFINS a recuperar (a)	1.396	3.491	1.396	3.491
IRPJ e CSLL a compensar	1.453	-	1.453	-
	9.790	9.245	9.790	9.245
Circulante	9.706	6.221	9.706	6.221
Não circulante	84	3.024	84	3.024

A Empresa possui R$ 600 de ICMS a receber, referente aos ressarcimentos apurados através do sistema de substituição tributária onde todo o imposto devido da cadeia é retido no momento da compra e efetivamente apurado no final do mês, que pode resultar em ressarcimento ou pagamento. Os pagamentos são realizados até o dia 10 do mês seguinte. Já os ressarcimentos demoram até um ano para serem creditados em conta corrente.

Em função de incerteza no recebimento destes créditos em decorrência de atraso e/ou da situação financeira dos governos estaduais, a Empresa, conservadoramente, opta por somente reconhecer os créditos fiscais no momento do recebimento financeiro.

10. Adiantamentos a fornecedores

Em 2024, do referido saldo, o montante de R$ 1.406 refere-se à aquisição de terreno para a construção da Base Compartilhada de Armazenagens LRV Ltda. no Município de Lucas do Rio Verde/MT. Em 2025, o referido adiantamento foi baixado em sua totalidade em virtude da regularização do imóvel e sua consequente incorporação à Base.

11. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em contas de ativo e a Empresa provisiona os depósitos judiciais no passivo a longo prazo.

Composição dos depósitos judiciais por natureza dos processos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Causas Federais	153	153	153	153
Causas Estaduais	14.922	13.672	14.922	13.672
Causas cíveis	230	230	230	230
Outras	43	43	43	43
	15.348	14.098	15.348	14.098

A natureza do saldo refere-se preponderantemente às operações relacionadas ao Convênio ICMS 110/07 que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não do petróleo e com outros produtos. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o respectivo convênio como inconstitucional, pois a corte julgou que dois dispositivos ferem o princípio da legalidade e criam situação de bitributação pelo ICMS. Na ação ajuizada, é incorrida a inconstitucionalidade ao impor o estorno (devolução), pelas distribuidoras de combustíveis, dos créditos de ICMS relativos à proporção de álcool misturado à gasolina ou o biodiesel misturado ao óleo diesel nas vendas interestaduais.

Assim, foi discutido que as distribuidoras são lesadas, uma vez que nesse caso o ICMS total foi recolhido, por substituição tributária, nas refinarias. Os saldos destacados na conta de depósitos judiciais são valores referentes às ações judiciais estaduais mantidas pela Empresa para fins de recuperação de tais impostos indevidos pagos pela **Setta Combustíveis Ltda.**. Até o momento, apenas a ação contra o estado do Rio Grande do Norte foi finalizada com julgamento favorável e os valores depositados atualizados pela Selic, no montante de R$1.334, foram devolvidos aos cofres da Empresa.

Em 8 de julho de 2016, foi publicado pela Confaz o Convênio nº 54/16, o qual determina o pagamento do ICMS da mesma natureza e cálculo do Convênio nº 110/07. A Empresa ingressou com novas ações judiciais nos Estados atuantes. Nos Estados da Paraíba, Bahia e Pernambuco, há uma liminar favorável que determina que valores apurados mensalmente sejam depositados judicialmente. Os valores classificados no grupo de depósitos judiciais ou bloqueios judiciais são referentes a processos em discussão judicial da Empresa junto aos órgãos competentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

A Lei Complementar nº 192/2022 e o Convênio ICMS 199/2022 trouxeram diversas alterações na tributação das operações com combustíveis, destacando-se a aplicação da alíquota fixa em todo o território nacional e a adoção do regime de tributação monofásica.

Com essa sistemática, o ICMS passa a ser calculado por unidade de medida de volume (ad rem) e recolhido integralmente e uma única vez pelo produtor ou importador. Para a Empresa, na qualidade de distribuidora, essa mudança extingue a complexidade atrelada à Substituição Tributária (ICMS-ST) estadual nas operações subsequentes com esses produtos.

Adicionalmente, a transição para a sistemática monofásica resultou na perda de objeto das ações judiciais e a partir daí não se discute a base de cálculo do ICMS-ST sob a égide do Convênio ICMS 54/2002.

12. Investimentos

12.1. Composição

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Setta Investimentos e Participações Ltda.	6.680	3.512	-
Base Compartilhada de Armazenagens - LRV Ltda.	1.426	-	1.426
Base Compartilhada de Armazenagens - FS Ltda.	1.000	-	1.000
	9.106	3.512	2.426

12.2. Informações sobre controlada direta

▪Setta Investimentos e Participações Ltda.

É uma sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2525, Galpão 0000, no bairro da Imbiribeira, na cidade de Recife-PE, cujo objeto social é compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios, serviços combinados de escritório e apoio administrativo e outras sociedades de participação, exceto holdings e atividades de cobranças e informações cadastrais. A sociedade teve suas atividades iniciadas em 26 de maio de 2022, com prazo de duração indeterminado.

12.3. Informações sobre controlada indireta

▪Setta Geração Pernambuco 1 S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 2525, Galpão 0000, no bairro da Imbiribeira, na cidade de Recife-PE, e tem como propósito o desenvolvimento e exploração de projeto de geração distribuída, podendo realizar as atividades de: (a) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (b) Geração de energia elétrica; (c) Instalação e manutenção elétrica; (d) Aluguel de imóveis próprios; e (e) serviços de engenharia. A sociedade teve suas atividades iniciadas em 29 de junho de 2022, com prazo de duração indeterminado.

Informações sobre classificação das investidas:

Empresa	Percentual de participação	Classificação	Data de aquisição do controle
Setta Investimentos e Participações Ltda.	37,55%	Controlada	04/04/2022
Setta Geração Pernambuco 1 S.A.	71,25%	Controlada indireta	23/06/2022

12.4. Informações sobre controlada e controlada indireta

	Investimentos 31 de dezembro de 2024					
Controladas diretas	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado de ano de 2024	Percentual de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento
Setta Investimentos e Participações Ltda.	14.002	12.805	(181)	27,43%	1.944	3.512

	Investimentos 31 de dezembro de 2025					
Controladas diretas	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado de ano de 2025	Percentual de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento
Setta Investimentos e Participações Ltda.	16.270	16.270	3.173	37,55%	900	6.680

(i) Em 11 de fevereiro de 2025, a participação da **Setta Combustíveis Ltda.** na Setta Investimentos e Participações Ltda. passou de 27,43% para 28,35%, e em 21 de dezembro de 2025 passou de 28,35% para 37,55%. Como o percentual de participação mudou ao longo de 2025, a equivalência patrimonial não pode ser calculada aplicando a taxa final (37,55%) sobre o resultado anual.

12.5. Movimentação do investimento

▪Setta Investimentos e Participações Ltda

	2025	2024
Patrimônio Líquido no início do exercício	12.804	4.002
Aumento do capital social, após integralizações de novas quotas	2.268	10.000
Prejuízos acumulados	-	(2.415)
Resultado do exercício	1.198	1.217
Patrimônio Líquido no fim do exercício	16.270	12.804
Ativo	24.210	25.363
Passivo	7.940	(8.821)
Participação societária	37,55%	27,43%
Investimento	6.680	3.512
Resultado de equivalência patrimonial	900	1.944

13. Propriedades para investimentos

a)Composição de saldos

Controladora		2025			2024
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	10%	1.215	(142)	1.073	1.357
		1.215	(142)	1.073	1.357

Consolidado		2025			2024
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	10%	1.216	(142)	1.074	1.359
Usina Fotovoltaica Solar	20%	12.867	-	12.867	12.867
		14.083	(142)	13.941	14.226

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

b)Movimentação de propriedades para investimentos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	1.518	1.518
Adições	-	12.869
Baixas	(198)	(198)
Depreciação / Amortização	37	37
Saldo contábil, líquido	1.357	14.226
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	1.357	14.226
Baixas	(280)	(280)
Depreciação / Amortização	(4)	(5)
Saldo contábil, líquido	1.073	13.941

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

14. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Bens cedidos em comodato (a)	Benfeitorias em bens de terceiros (b)	Total
Taxa de depreciação / amortização ao ano	-	10%	10%	20%	20%	10%	4%	
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	11.937	312	288	832	163	1.520	560	15.612
Adições	-	23	22	1.565	47	596	-	2.253
Baixas	(6.500)	-	-	(138)	(1)	(72)	-	(6.711)
Depreciação / Amortização	-	(68)	(60)	(233)	(59)	(348)	(145)	(913)
Saldo contábil, líquido	5.437	267	250	2.026	150	1.696	415	10.241
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	5.437	805	652	2.748	630	7.727	2.069	20.068
Depreciação / Amortização acumulada	-	(538)	(402)	(722)	(480)	(6.031)	(1.654)	(9.827)
Saldo contábil, líquido	5.437	267	250	2.026	150	1.696	415	10.241
Em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	5.437	267	250	2.026	150	1.696	415	10.241
Adições	-	13	38	532	103	-	-	686
Baixas	(2.089)	-	-	(104)	(19)	(146)	-	(2.358)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	-	(68)	(57)	(535)	(58)	(298)	(143)	(1.159)
Saldo contábil, líquido	3.348	212	231	1.919	176	1.252	272	7.410
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	3.348	818	690	3.176	714	7.581	2.068	18.395
Depreciação / Amortização acumulada	-	(606)	(459)	(1.257)	(538)	(6.329)	(1.796)	(10.985)
Saldo contábil, líquido	3.348	212	231	1.919	176	1.252	272	7.410

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Consolidado	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Bens cedidos em comodato	Tanques	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
Taxa de depreciação / amortização ao ano	-	10%	10%	20%	20%	10%	10%	4%	4%	
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	13.321	311	288	832	162	1.521	-	12.911	559	29.905
Adições	-	23	22	1.565	47	346	250	-	-	2.253
Baixas	(6.500)	-	-	(138)	(1)	(54)	-	(2.035)	-	(8.728)
Depreciação / Amortização	-	(68)	(60)	(233)	(59)	(356)	(8)	(708)	(145)	(1.637)
Saldo contábil, líquido	6.821	266	250	2.026	149	1.457	242	10.168	414	21.793
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	6.821	804	652	2.748	630	7.477	250	10.876	2.068	32.326
Depreciação / Amortização acumulada	-	(538)	(402)	(722)	(481)	(6.020)	(8)	(708)	(1.654)	(10.533)
Saldo contábil, líquido	6.821	266	250	2.026	149	1.457	242	10.168	414	21.793
Em 31 de dezembro de 2025										
Saldo inicial	6.821	266	250	2.026	149	1.457	242	10.168	414	21.793
Adições	2.089	14	38	532	103	-	-	380	-	3.156
Baixas	(2.089)	-	-	(104)	(19)	(164)	-	(180)	-	(2.556)
Depreciação / Amortização	-	(68)	(57)	(535)	(58)	(258)	(25)	(439)	(142)	(1.582)
Saldo contábil, líquido	6.821	212	231	1.919	175	1.035	217	9.929	272	20.811
Em 31 de dezembro de 2025										
Custo	6.821	818	690	3.176	714	7.331	250	11.076	2.068	32.944
Depreciação / Amortização acumulada	-	(606)	(459)	(1.257)	(539)	(6.296)	(33)	(1.147)	(1.796)	(12.133)
Saldo contábil, líquido	6.821	212	231	1.919	175	1.035	217	9.929	272	20.811

(a)Refere-se aos tanques e bombas de combustíveis de propriedade da Empresa cedidos aos postos vinculados a bandeira Setta, os quais encontram-se suportados por contratos de comodato com tais clientes;

(b)Referem-se basicamente às benfeitorias realizadas em postos de combustíveis que utilizam a marca da Empresa e possui contrato de promessa de compra e venda de combustíveis com exclusividade.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não identificou necessidade de ajuste para perdas na recuperação dos ativos.

15. Intangível

Controladora e Consolidado	Licença de uso (Software)	CBIOs	Direito de uso de imóvel	Total
Taxa de depreciação / amortização ao ano	20%	-	-	
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	76	-	-	76
Adições	71	23.229		23.300
Baixas	-	(18.243)	-	(18.243)
Depreciação / Amortização	(27)	-	-	(27)
Saldo contábil, líquido	120	4.986	-	5.106
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	222	4.986	-	5.208
Depreciação / Amortização acumulada	(102)	-	-	(102)
Saldo contábil, líquido	120	4.986	-	5.106
Em 31 de dezembro de 2025				
Saldo inicial	120	4.986	-	5.106
Adições	68	5.367	2.964	8.399
Baixas	-	(10.353)	-	(10.353)
Depreciação / Amortização	(37)	-	-	(37)
Saldo contábil, líquido	151	-	2.964	3.115
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	290	-	2.964	3.254
Depreciação / Amortização acumulada	(139)	-	-	(139)
Saldo contábil, líquido	151	-	2.964	3.115

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Derivados do petróleo (i)	15.806	21.078	15.806	21.078
Álcool (Usinas) (ii)	66.730	59.270	66.730	59.270
Biodiesel	4.928	2.135	4.928	2.135
Consumo, serviço e manutenção (diversos)	4.945	3.065	4.966	3.228
Fretes (diversos)	2.953	1.637	2.953	1.636
	95.362	87.185	95.383	87.347

(i) Derivados de Petróleo

A Empresa possui contratos de fornecimento de gasolina e diesel junto à Petrobras, os quais preveem cláusulas de compensação financeira (cláusulas contratuais na qual o comprador se obriga a pagar compensação financeira, com vistas a compensar esta fornecedora por eventuais custos gerados pela não retirada da quota mensal contratada com a Petrobras por responsabilidade da compradora). A apuração da compensação financeira, adicional logístico e bonificação financeira é mensal, e registrada no período de competência. O contrato tem vigência de um ano e é renegociado anualmente entre ambas as partes e renovados.

Historicamente, o mercado de aquisição de combustíveis no Brasil era altamente regulado e dominado pela Petrobras. Nos últimos anos, o governo brasileiro tem implementado uma série de medidas para aumentar a concorrência e a transparência no setor, algumas das principais ações incluem:

- Abertura do mercado de refino: o governo tem buscado atrair investimentos estrangeiros para o setor de refino com o objetivo de aumentar a capacidade de produção e reduzir a dependência das refinarias da Petrobras.

- Flexibilização das regras de importação: foram implementadas medidas para facilitar a importação de combustíveis por empresas privadas, o que contribui para aumentar a competição no mercado.

- Estímulo à entrada de novos players: o governo tem buscado incentivar a entrada de novas empresas no mercado de distribuição de combustíveis, o que vem contribuindo para uma maior competição entre os Fornecedores.

(ii) Álcool (Usinas)

A aquisição de etanol anidro deverá seguir as definições estabelecidas na Resolução ANP nº 946, de 5 de outubro de 2023 — DOU 6 de outubro de 2023. Diante do exposto na Resolução, a Empresa optou pela aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento com o fornecedor, onde o distribuidor deverá protocolizar na ANP cópias autenticadas dos extratos de contratos.

O volume total do contrato de etanol anidro combustível, protocolizado na ANP nos termos da Resolução, deverá ser compatível no mínimo de 90% de comercialização de Gasolina C no ano civil anterior, considerando o percentual de mistura vigente.

Risco sacado

A **Setta Combustíveis Ltda.** mantém convênios com algumas instituições financeiras (Banco do Brasil/Bradesco/Itaú) para a realização da Cessão de Crédito. Sendo assim, alguns de seus fornecedores utilizam operações de antecipação de recebíveis junto a esses estabelecimentos, por meio da modalidade conhecida como risco sacado.

Nessa modalidade, os fornecedores cedem seus direitos creditórios (duplicatas ou faturas) as instituições financeiras, com base em compromissos firmes de pagamento assumidos. A Empresa não antecipa recursos nem reconhece passivos financeiros decorrentes dessas operações, uma vez que os pagamentos são realizados diretamente aos bancos credores na data acordada.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total de títulos em circulação sob a modalidade de Risco Sacado é de, aproximadamente, R$ 4.366, reconhecidos na rubrica de Empréstimos - vide Nota Explicativa 17 (R$20 milhões em 2024, reconhecidos na rubrica de "Fornecedores - Álcool - Usinas".

A Empresa monitora regularmente essas operações para garantir a conformidade com os prazos e condições contratuais estabelecidos com seus fornecedores e instituições financeiras.

17. Empréstimos, financiamentos e nota comercial

(a) Composição

			Controladora		Consolidado	
Operação/Instituição financeira	Vencimento	Encargos financeiros (% a.a)	2025	2024	2025	2024
Em moeda nacional						
Título de dívida						
GM - FIDIC (i)	Maio de 2029	26,8242% a.a	26.899	34.126	27.319	35.036
CCB						
Volkswagem Financial Services	Junho de 2029	1,01%	1.052	1.353	1.052	1.353
Santander	Março de 2027	2,04%	-	-	3.433	5.984
Risco sacado						
Banco Itaú	Janeiro de 2026	-	4.366	-	4.366	-
(-) Encargos financeiros a apropriar			(11.888)	(14.440)	(11.909)	(14.585)
			20.429	21.039	24.261	27.788
Circulante			6.560	185	9.705	3.211
Não circulante			13.869	20.854	14.556	24.577

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(b) Vencimento das parcelas registradas no longo prazo

	Controladora		Consolidado	
Exercício	2025	2024	2025	2024
2026	-	4.097	-	7.155
2027	4.749	6.902	5.436	7.567
2028	5.335	6.932	5.335	6.932
2029 em diante	3.785	2.923	3.785	2.923
	13.869	20.854	14.556	24.577

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	21.039	20.000	27.788	27.933
Captações	17.023	1.039	17.023	-
Juros e encargos provisionados/incorridos	3.697	2.916	4.507	2.916
Amortização de juros	(3.697)	(2.916)	(4.507)	(3.061)
Amortização de principal	(17.633)	-	(20.550)	-
Saldos em 31 de dezembro	20.429	21.039	24.261	27.788

(d) Cláusulas restritivas

Abaixo, estão descritas as obrigações contratuais que, se não cumpridas, sujeitam a Empresa ao pagamento imediato e antecipado das parcelas dos contratos de empréstimos:

- Atraso nos pagamentos das parcelas;

- Ações judiciais que coloquem em risco as garantias constituídas ou falta de reforço destas em caso de alteração societária;

- Alteração do objeto social, ou qualquer alteração societária que implique em mudança de controle, sem o consentimento do credor;

- Requerimento de falência ou recuperação extrajudicial pela Empresa ou avalista;

- Dissolução da Empresa sem o consentimento do credor;

- Não informar a Instituição Financeira fiadora da operação, qualquer alteração no quadro de usos e fontes dos projetos financiados, cuja variação só pode ocorrer em até 10% (para mais ou para menos);

- Transferência da titularidade do Capital Social da Empresa;

•Houver decisão administrativa final sancionada, e/ou exarada por órgão competente, e/ou sentença transitada em julgado em razão de prática de discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou tráfico de pessoas, assédio moral ou sexual ou proveito criminoso da prostituição ou crime contra o meio ambiente ou cassação, suspensão ou cancelamento da licença ambiental pelo órgão ambiental competente, quando aplicável;

• O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) concluir pela existência de quaisquer dos crimes de "lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores", previstos na lei nº 9.613, de 03.03.1998, ou de fundados indícios de sua prática, e/ou indicação/denuncia/condenação judicial pelas práticas de quaisquer desses crimes; e

•Constatação de fraude em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido entregue ao credor.

(e) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval dos sócios, fiança de duplicatas a receber e alienação fiduciária.

18. Adiantamentos de clientes

Refere-se, basicamente, a adiantamentos realizados por clientes para fornecimento futuro de Combustíveis.

19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recolher	1.416	1.520	1.416	1.520
Imposto de Renda a recolher	2.456	617	2.561	677
Contribuição Social a recolher	1.651	347	1.703	375
PIS a recolher	744	99	747	114
COFINS a recolher	3.458	403	3.465	406
Imposto de renda retido na fonte	465	369	465	409
Obrigações em processo de compensação (a)	28.900	32.791	28.900	32.791
Outras obrigações fiscais	20	-	22	-
	39.110	36.146	39.279	36.292
Circulante	10.210	3.355	10.379	3.501
Não circulante	28.900	32.791	28.900	32.791

(a) Em abril de 2016, a Empresa passou a utilizar créditos de PIS e COFINS, inclusive dos últimos 5 anos, de acordo com um levantamento realizado por empresa especializada que contempla principalmente os créditos de armazenagem e fretes. Tais valores foram contabilizados no ativo circulante, em contrapartida do passivo não circulante, pois dependem de homologação da Receita Federal.

Nos exercícios de 2025 e 2024, foram reconhecidos os valores referentes aos PERDCOMPs (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) pendentes de homologação pela Receita Federal do Brasil, no montante de R$28.900 e R$32.791, respectivamente.

Essa provisão decorreu do entendimento de que tais valores, enquanto não homologados pelo órgão competente, se enquadravam nos critérios de classificação do referido grupo, uma vez que a efetivação da compensação está condicionada à análise e aprovação da Receita Federal.

Dessa forma, os valores foram reconhecidos para refletir com maior fidelidade a situação patrimonial da Empresa e observando os princípios de prudência, além da transparência das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Em dezembro de 2025, a Empresa reconheceu como Receita o valor de aproximadamente de R$7 milhões (R$10 milhões em 2024) referente a PER/DCOMP homologado pela Receita Federal.

Após a homologação os créditos serão reconhecidos no resultado da Empresa.

20. Parcelamento de tributos

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (i)	-	191	-	191
PIS/COFINS (ii)	7.171	11.460	7.171	11.460
	7.171	11.651	7.171	11.651
Circulante	4.781	4.775	4.781	4.775
Não circulante	2.390	6.876	2.390	6.876

(i)Em dezembro de 2022, a Empresa efetivou parcelamento referente ICMS sobre fretes (Auto de infração). O prazo do parcelamento é de 30 meses, atualizado monetariamente pela Taxa SELIC.

(ii)Em julho de 2022, a Empresa efetivou parcelamento simplificado junto a Receita Federal, nos termos da Lei nº 10.522/2002, referente a PIS e COFINS do período de 2018, tendo em vista mudança de entendimento dos créditos utilizados para compensação dos tributos. O prazo do parcelamento é de 60 meses, atualizado monetariamente pela Taxa SELIC.

(b) Vencimento das parcelas registradas no longo prazo

	Controladora		Consolidado	
Exercício	2025	2024	2025	2024
2026	-	4.584	-	4.584
2027	2.390	2.292	2.390	2.292
	2.390	6.876	2.390	6.876

21. Provisão para contingências

Contingências passivas – prováveis de perda

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa não possuía processos judiciais em andamento com prognóstico de perda provável e, portanto, a Administração não constituiu provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contingências passivas – possíveis de perda

Em 31 de dezembro de 2025, existem processos no montante de R$ 17.877 (R$ 17.877 em 2024) para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível e, consequentemente, não se faz necessário a constituição de provisão.

Contingências ativas

Em 22 de novembro de 2006, a Empresa ingressou com declaratória cumulativa com ação ordinária de repetição de indébito – processo n 0014251-66.2006.4.05.8300. A ação tem o objetivo de obter provimento judicial para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e transitou em julgado, favoravelmente, em 2019. Posteriormente, o STF pacificou definitivamente a matéria, garantindo, inclusive, o direto à restituição retroativa para os contribuintes que ajuizaram ação antes de marco de 2017, tal qual a Empresa.

Em 2024, em cumprimento de sentença, foi expedido precatório em favor da **Setta Combustíveis Ltda.** de valor aproximado R$6 milhões para recebimento dos numerários da ação judicializada.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R$ 79.000 dividido em 79.000.000 quotas, todas nominativas de valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Acionistas	Número de ações	Valor Unitário (em Reais)	Valor	(%)
Cláudio Uchôa de Moraes	20.145.000	1,00	20.145	25,5%
Geraldo Uchôa de Moraes Filho	19.355.000	1,00	19.355	24,5%
Valéria Olívia Uchôa de Moraes	19.355.000	1,00	19.355	24,5%
Kátia Uchôa de Moraes	19.355.000	1,00	19.355	24,5%
Felipe Mattos Uchôa de Moraes	790.000	1,00	790	1%
	79.000.000		79.000	100%

(b) Distribuição de lucros

Os sócios deliberarão sobre os lucros apurados no Balanço Patrimonial anual, os quais, inclusive, se for o caso, poderão ser distribuídos em desproporção às participações societárias de cada sócio ou mantidos em uma conta específica da Empresa. Caso sejam apurados prejuízos, serão eles suportados pelos sócios na proporção de sua participação na Empresa ou compensados com lucros apurados em outros exercícios. É permitido aos sócios, ao final de cada mês, receber valores a título de antecipação de lucros. Estes valores serão devidamente compensados com os lucros a serem distribuídos ao final de cada exercício, podendo a Diretoria autorizar os pagamentos de forma bimensal, trimestral ou semestral.

Sobre os lucros não incidirão juros e, se não reclamados dentro de 5 anos, prescreverão em benefício da Empresa.

(c) Incentivos fiscais – SUDENE

A Empresa é beneficiária de incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que assegura a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração de suas atividades operacionais de distribuição de combustíveis.

O benefício foi deferido e começou a ser usufruído no exercício de 2025, com prazo de fruição de 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Lucro da Exploração apurado foi de R$ 41.600, resultando num imposto reduzido no montante de R$ 3.718. Esse valor foi destinado à conta de Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido, conforme exigência legal, não podendo ser distribuído como lucros.

A concessão do benefício da SUDENE exige a comprovação de atividade que caracterize processo produtivo, de transformação ou de infraestrutura (implantação, expansão ou modernização). No segmento de distribuição de combustíveis, o incentivo fiscal restringe-se exclusivamente aos produtos que passam por processo de mistura/formulação nas bases da Empresa, o que os qualifica como produção incentivada, da seguinte forma:

- Gasolina C: Resultante do processo de mistura da Gasolina A com o Etanol Anidro;

- Diesel B (S10 e S500): Resultante do processo de mistura do Diesel A com o Biodiesel; e

- Produtos de revenda direta que não sofrem processo de transformação, formulação ou adição de biocombustíveis nas unidades da Empresa (como Etanol Hidratado e Diesel marítimo) não se enquadram nas regras de fruição do benefício fiscal, justificando sua ausência nos laudos aprovados, conforme detalhado abaixo:

Filial	Laudo	Período	Produto Incentivado
Cabo - PE	Nº 0136/2025	01/01/2025 a 31/12/2034	Gasolina C e Diesel B S10
Cabedelo - PB	Nº 0403/2025	01/01/2025 a 31/12/2034	Gasolina C e Diesel B S500 e S10
São Luís - MA	Nº 0262/2025	01/01/2025 a 31/12/2034	Gasolina C e Diesel B S500 e S10
Maracanaú - CE	Nº 0384/2025	01/01/2025 a 31/12/2034	Gasolina C e Diesel B S10

(d) Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores (Lei nº 9.430 de 1996, Lei nº 12.973 de 2014, Lei nº 14.789, de 2023 e Lei Complementar nº 224 de 2025), foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio, no valor de R$10.948 (R$9.151 em 2024), calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), *pro rata die*.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, o valor provisionado foi classificado como destinação do lucro, conforme destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas e revendas de produtos				
Gasolina	1.708.528	1.310.554	1.708.528	1.310.554
Óleo diesel	2.088.164	1.522.912	2.088.164	1.522.912
Biodiesel	5.353	-	5.353	-
Álcool hidratado	293.044	171.926	293.044	171.926
Álcool anidro	10.039	12.077	10.039	12.077
Venda imobiliária	-	-	1.320	-
Locação de imóveis	-	-	2.198	2.360
Locação de geradores fotovoltaicos	-	-	3.147	3.077
	4.105.128	3.017.469	4.111.793	3.022.906
Impostos sobre vendas	(85.487)	(41.791)	(85.487)	(41.675)
Impostos sobre locação	-	-	(202)	(197)
Devoluções	(24.195)	(12.637)	(24.195)	(12.637)
	3.995.446	2.963.041	4.001.909	2.968.397

24. Custo e despesas por natureza

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo com aquisição de combustíveis	(3.876.078)	(2.863.044)	(3.876.078)	(2.863.403)
Armazenagem	(31.708)	(24.297)	(31.708)	(24.297)
Material de uso e consumo	(47)	(82)	(47)	(82)
Depreciação e amortização	(1.405)	(1.158)	(1.842)	(1.158)
Despesas com pessoal	(9.400)	(9.222)	(9.400)	(9.222)
Despesas tributárias	(4.231)	(1.642)	(4.236)	(1.642)
Serviços de terceiros	(9.738)	(5.730)	(9.861)	(6.803)
Fretes	(11.361)	(11.828)	(11.361)	(11.828)
Recuperação de Impostos	9.721	11.912	9.721	11.912
Manutenção de ativos operacionais	(2.254)	(3.760)	(2.260)	(3.760)
Aposentadoria de Cbios	(10.921)	(14.003)	(10.921)	(14.003)
Outros custos	-	-	(525)	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.134)	(3.724)	(6.274)	(3.676)
	(3.953.556)	(2.926.578)	(3.954.792)	(2.927.962)
Custo dos produtos vendidos	(3.907.786)	(2.887.342)	(3.908.311)	(2.887.701)
Despesas comerciais	(28.782)	(36.607)	(28.806)	(36.607)
Despesas gerais e administrativas	(28.031)	(16.019)	(28.718)	(17.092)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.043	13.390	11.043	13.438
	(3.953.556)	(2.926.578)	(3.954.792)	(2.927.962)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros recebidos	4.319	3.283	4.325	3.284
Ganhos de derivativos	7.333	1.629	7.333	1.629
Juros sobre atualização de tributos	369	-	369	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.395	6.216	5.405	6.296
Descontos obtidos	216	90	216	90
Variação cambial ativa	876	94	876	94
Outras receitas financeiras	166	2.464	166	2.464
	18.674	13.776	18.690	13.857
Despesas financeiras				
Juros pagos	(1.699)	(975)	(1.699)	(990)
Juros sobre parcelamentos	(1.177)	(1.386)	(1.177)	(1.386)
Juros sobre nota comercial	(3.581)	(2.916)	(3.704)	(2.916)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(116)	(66)	(803)	(1.605)
Variação cambial passiva	(1.139)	(15)	(1.139)	(15)
Perdas de derivativos	(5.585)	(1.379)	(5.585)	(1.379)
Descontos concedidos	(594)	-	(638)	-
Multas	(13)	-	(13)	-
Taxas financeiras	(42)	-	(51)	-
Outras despesas financeiras	(82)	(83)	(82)	(138)
	(14.028)	(6.820)	(14.891)	(8.429)
	4.646	6.956	3.799	5.428

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos impostos diretos	47.436	47.436	45.362	45.362	50.916	50.916	45.863	45.863
Adições								
Doações e patrocínios	117	117	162	162	117	117	162	162
Despesas não dedutíveis	1.523	1.549	-	87	1.523	1.549	-	87
	1.640	1.666	162	249	1.640	1.666	162	249
Exclusões								
Juros sobre capital próprio	(10.948)	(10.948)	(9.151)	(9.151)	(10.948)	(10.948)	(9.151)	(9.151)
Crédito de descarbonização (Cbio)	-	-	(4.241)	(4.241)	-	-	(4.241)	(4.241)
Ganho com equivalência patrimonial	(899)	(899)	(1.944)	(1.944)	(899)	(899)	(1.944)	(1.944)
	(11.847)	(11.847)	(15.336)	(15.336)	(11.847)	(11.847)	(15.336)	(15.336)
Lucro real - Base de cálculo	37.229	37.255	30.188	30.275	40.709	40.735	30.689	30.776
(-) PAT	-	(102)	-	(192)	-	(102)	-	(192)
Base de cálculo - Lucro real	37.229	37.153	30.188	30.083	40.709	40.633	30.689	30.584
Base de cálculo - Lucro presumido	-	-	-	-	977	1.041	1.733	1.733
Despesas com CSLL e IRPJ	(3.352)	(9.084)	(2.717)	(7.317)	(3.439)	(9.558)	(2.873)	(7.710)

27. Partes relacionadas

As partes relacionadas à Empresa são as seguintes:

Parte relacionada	Tipo de relação
Setta Geração Pernambuco I S/A	Controlada indireta
Setta Investimentos e Participações LTDA	Sócia
Base Compartilhada de Armazenagem FS LTDA	Sócia
Base Compartilhada de Armazenagem LRV LTDA	Sócia
Geraldo Uchôa de Moraes	Usufrutuário
Marlene Uchôa de Moraes	Usufrutuário
Geraldo Uchôa de Moraes Filho	Sócio - administrador
Claudio Uchôa de Moraes	Sócio - administrador
Kátia Olívia Uchôa de Moraes	Sócia
Valéria Uchôa de Moraes	Sócia
Felipe Uchôa de Moraes	Sócio - administrador

27.1. Composição de saldo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de parte relacionada - Ativo circulante e não cirulante				
Setta Investimentos e participações LTDA	315	-	-	-
Base compartilhada de armazenagem FS LTDA	1.450	-	1.450	-
	1.765	-	1.450	-
Juros sobre capital próprio - Passivo circulante				
Geraldo Uchôa de Moraes Filho	2.229	1.002	2.229	1.002
Cláudio Uchôa de Moraes	2.322	496	2.322	496
Kátia Olívia Uchôa de Moraes	2.230	511	2.230	511
Valéria Lúcia Uchôa de Moraes	2.230	477	2.230	477
Felipe Mattos Uchôa de Moraes	83	19	83	19
	9.094	2.505	9.094	2.505
Dividendos a pagar - Passivos circulante e não circulante				
Geraldo Uchôa de Moraes Filho	5.400	-	5.400	-
Marlene Uchôa de Moraes	1.440	-	1.440	-
Geraldo Uchôa de Moraes Filho	14.088	-	14.398	-
Cláudio Uchôa de Moraes	14.088	-	14.398	-
Kátia Olívia Uchôa de Moraes	14.088	-	14.398	-
Valéria Lúcia Uchôa de Moraes	14.088	-	14.398	-
Felipe Mattos Uchôa de Moraes	1.827	-	1.832	-
Setta Energia e Investimentos S.A.	-	-	33	-
	65.019	-	66.297	-
Partes relacionadas - Passivos circulante e não circulante				
Geraldo Uchoa Filho	-	7	538	545
Claudio Uchoa de Moraes	-	-	538	538
Katia Uchoa de Moraes	-	-	338	338
Valéria Uchoa de Moraes	-	-	313	313
	-	7	1.727	1.734

27.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Honorários da Administração

No exercício de 2025 e 2024, não foram pagos valores referentes à participação nos resultados à Diretoria nem aos principais executivos. Entretanto, foi pago o montante de R$55 (R$38 em 2024) a título de pró-labore a sócios.

28. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, responsabilidade civil e empresarial por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os montantes das coberturas, em 31 de dezembro de 2025, contratados junto a AKAD Seguros, são resumidos a seguir:

Natureza	Vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
Responsabilidade de riscos ambientais	21/12/2025 a 21/12/2026	1.000

29. Evento subsequente

A Administração da Empresa informa que, no decorrer do exercício de 2026, formalizará o pleito junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a obtenção do benefício de Reinvestimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). O projeto aprovado visa a modernização e ampliação da capacidade logística, com foco exclusivo na aquisição de novos veículos (caminhões). O incentivo permitirá a destinação de 30% do IRPJ devido para este fim.

Por se tratar de um projeto em fase de estruturação e pleito, não há impactos contábeis reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os reflexos tributários e a constituição da reserva de incentivos fiscais serão contabilizados após a aprovação do laudo constitutivo e a efetiva fruição do benefício.

Em 7 de janeiro de 2026, foi formalizado o registro da 2ª Alteração Contratual da Empresa na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso. O documento ratificou a saída da sócia FAN - Distribuidora de Petróleo Ltda., que transferiu a totalidade de suas cotas (1.500.000 cotas, no valor de R$ 1.500) para a **Setta Combustíveis Ltda**.

Dessa forma, a partir do exercício de 2026, a **Setta Combustíveis Ltda.** passou a deter 100% do capital social, que totaliza R$ 3.000, dividido em 3.000.000 de cotas. Na mesma oportunidade, a razão social da empresa foi alterada para Base Compartilhada de Armazenagens LRV Ltda.

* * *